

desenvolvimento da atividade teatral para a cidade de São Paulo, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. Cada selecionado recebe, por meio de aportes financeiros, até R\$ 200 mil para cada, totalizando o montante de R\$ 4 milhões.

Reabertura do Cine Belas Artes (SMC)

O prefeitura de São Paulo estabeleceu um acordo com a Caixa Econômica Federal e o Grupo Caixa Seguros para a reabertura do Cine Belas Artes. A retomada do espaço era um desejo da população desde 2011, quando encerrou suas atividades. Na parceria com patrocinador, proprietário e exibidor, a Prefeitura atuou para estabelecer contrapartidas para garantir a ampliação do acesso ao cinema e o fortalecimento de política de exibição que amplie a diversidade e a presença do cinema nacional.

São Paulo Film Commission (SMC)

Através da criação do órgão São Paulo Film Commission que irá centralizar e agilizar autorizações para produtores de audiovisual a cidade deve se firmar como cenário de produções nacionais e internacionais de cinema, publicidade e de televisão, estimulando a produção audiovisual na cidade. Após a solicitação de autorização por meio de um cadastro na internet, a comissão tem até uma semana para emitir a autorização. No caso de peças de publicidade, o prazo é reduzido para até dois dias úteis.

Cinemas nos CEUs – Circuito SP Cine (SMC)

O projeto da Prefeitura de São Paulo, realizado por meio de uma parceria da Spcine com as Secretarias Municipais de Cultura e de Educação, estabelecerá o maior circuito público de salas de cinema do Brasil, com equipamentos de projeção digital, sistema de som Dolby 5.1 e um pacote variado de filmes, com estreias internacionais a produções históricas e recentes da cinematografia brasileira.

As sessões nos CEUs são às quintas, domingos e quartas, seguindo a lógica do mercado de exibição que renova as estreias sempre no quinto dia da semana, e respeitando a programação cultural já consolidada nesses locais. A entrada nas sessões realizadas nos CEUs será gratuita. Das 20 salas, 15 estão localizadas em CEUs da capital paulista. As outras cinco serão no Cine Olido, Biblioteca Roberto Santos, Centro Cultural São Paulo (Salas Lima Barreto e Paulo Emílio) e no Centro de Formação Cultural Tiradentes.

SPCine - Lei nº 15.929/2013 (SMC)

A Spcine é a empresa de cinema e audiovisual de São Paulo, criada por iniciativa da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Cultura. Atua como um escritório de desenvolvimento, financiamento e implementação de programas e políticas para os setores de cinema, TV, games e web. O objetivo é reconhecer e estimular o potencial econômico e criativo do audiovisual paulista e seu impacto em âmbito cultural e social.

Clube do Choro (No Teatro Arthur Azevedo) (SMC)

O Teatro Arthur Azevedo foi reinaugurado em 2015 e além de intensa reforma e requalificação recebeu também o Clube do Choro, espaço destinado a receber as rodas de Choro da cidade e eventualmente, o curso de formação em Choro, além de outras atividades ligadas ao gênero musical.

Reconhecimento do Samba urbano como patrimônio imaterial (SMC)

Em 2013 a Prefeitura de São Paulo reconheceu o Samba como um patrimônio cultural imaterial em meio à semana do Samba.

Biblioteca Mário de Andrade aberta 24h (SMC)

Desde o dia 09/10/2015 a Biblioteca Mário de Andrade abre suas portas 24 horas por dia, também diversificando suas atividades, a fim de reinserir a biblioteca no cotidiano da vida do paulistano. O novo modelo demonstra é necessário que exista uma demanda significativa por este serviço para que haja manutenção das atividades, visto que em período noturno é necessário garantir segurança ao público presente. No caso da Biblioteca Mário de Andrade o modelo contribui para que o espaço bata o recorde de visitação a cada ano.

Transferência das Casas de Cultura - Decreto nº 55.547/2014 (SMC)

À partir do dia 26/09/2014 as Casas de Cultura voltam a integrar a rede municipal de equipamentos culturais, as Casas de Cultura funcionarão de acordo com diretrizes da política cultural da Prefeitura de São Paulo, que abarcam programação e orçamento.

23 de Maio/projeto “Raízes e Identidade da Freguesia do Ó” (SMC)

O Grafite foi incentivado de diversas formas. A Av. 23 de Maio é agora também a sede do maior mural de grafite a céu aberto da América Latina. Com 15 mil metros quadrados em 70 muros entre a passarela Cicillio Matarazzo, em frente ao Museu de Arte Contemporânea (MAC) e os arcos da Praça dos Artesões Calabreses, as obras reuniram os trabalhos de 200 artistas. Além de apoio material, a Prefeitura auxiliou ainda na segurança dos artistas com a Guarda Civil Metropolitana (GCM), na limpeza dos muros, ampliação da iluminação e corte de grama com a SMSP. A Casa de Cultura Salvador Ligabue, na Freguesia do Ó em 2014 selecionou três projetos de grafites para serem realizados no Largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó. A seleção faz parte do projeto “Raízes e Identidade da Freguesia do Ó”, uma parceria entre o CCJ e a Casa de Cultura. Inclusive o grafite fez parte da programação de inauguração do Parque Chácara do Jockey, foi realizado um mutirão de grafite reunindo artistas locais e convidados de várias regiões da cidade para pintar o muro de arrimo da Avenida Monsenhor Manfredo Leite, que ladeia a área verde.

Objetivo 5: Garantir acesso a Moradia Adequada

A Meta 35 foi executada em 58 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 35 - Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil unidades habitacionais

Relato da Meta 35

Foram viabilizadas 55.627 unidades habitacionais: 14.951 unidades habitacionais foram entregues, 21.608 unidades habitacionais estão em obras, 19.068 unidades habitacionais foram licenciadas e estão prontas para iniciar obras.

As seguintes subprefeituras já receberam unidades habitacionais: Aricanduva, Butantã, Campo Limpo, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Freguesia do Ó, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Lapa, M Boi Mirim, Penha, Pinheiros, Pirituba/Jaraguá, Santana, Santo Amaro, São Mateus, Sé e Vila Prudente.

De janeiro de 2013 a dezembro de 2016 foram viabilizadas 71.375 unidades habitacionais, ou seja, estas unidades foram entregues, estão em obras ou foram licenciadas para execução e aguardam somente a liberação de recursos federais para iniciar obras. O Governo federal suspendeu os contratos de unidades habitacionais licenciadas com obras não iniciadas, especialmente para o faixa I.

Engloba a desapropriação de terrenos, a construção de unidades e a entrega destas às famílias demandantes, tendo como algumas das diretrizes de priorização o recorte de gênero, idade (5% para idosos) e a presença de pessoas com deficiência na família. Além dessas diretrizes gerais, o planejamento prevê 2.000 unidades habitacionais para famílias em situação de rua, conforme explicado em meta específica sobre o tema. Para

garantir a entrega de 55.000 Unidades Habitacionais no prazo do Programa de Metas, é necessário a elaboração e execução de projetos para além da meta estabelecida, de forma a se antecipar a eventuais imprevistos. Por esse motivo, a regionalização que aqui se apresenta é superior ao quantitativo da meta.

De 2013 a dezembro de 2016 foram viabilizadas 55 mil unidades habitacionais, ou seja, essas unidades foram entregues, em construção ou prontas para iniciar obras (licenciadas). O início das obras depende de recursos federais (MCMV). O Governo Federal suspendeu os contratos das unidades licenciadas, especialmente as que atendem faixa I (renda menor)

Definição de termos técnicos para a meta

Unidades Habitacionais de Interesse Social: unidades habitacionais definidas pelo inciso XIII do Art. 146 da Lei nº 13.430/02 (PDE) construídas em terrenos desapropriados ou em áreas públicas desafetadas.

A Meta 36 foi executada em 70 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 36 - Beneficiar 70 mil famílias no Programa de Urbanização de Favelas

Relato da Meta 36

Há 60.494 famílias beneficiadas por obras de Urbanização de Favelas, sendo que 14.114 famílias foram atendidas por obras já concluídas e 46.380 por obras em andamento

Os Perímetros do Renova foram revistos: finalização dos projetos básicos para licitação de novas obras, beneficiando 82.985 famílias.

As intervenções abrangem os seguintes serviços: abertura de vias para permitir implantação de infraestrutura urbana e facilitar acessos, inclusive de ônibus, ambulâncias e de limpeza pública, coleta de lixo e resíduos; sistema de drenagem, incluindo a canalização de córregos; consolidações geotécnicas em áreas de risco (encosta), através da execução de taludes, coberturas vegetais para estabilização e remoção dos imóveis em situações de risco; execução de redes de abastecimento de água e redes coletoras de esgoto, inclusive as ligações domiciliares; criação de áreas públicas de lazer, parques lineares e implantação de Equipamentos Públicos.

O projeto de cada intervenção é previamente discutido com a população do assentamento precário, inclusive em reuniões periódicas com os Conselhos Gestores. O trabalho social atua no acompanhamento das obras, no reassentamento das famílias a serem removida

Engloba a implantação de infraestrutura urbana nos assentamentos precários, possibilitando o acesso dos moradores aos serviços urbanos, a consolidação geotécnica e/ou remoções em áreas de risco. A regionalização aqui descrita é parcial. Outras 20.000 famílias serão beneficiadas em locais ainda a definir.

Os Perímetros do Renova foram revistos: finalização dos projetos básicos para licitação de novas obras, beneficiando 82.985 famílias.

Definição de termos técnicos para a meta

Programa Urbanização de Favelas: Qualificação urbanística e o reconhecimento formal dos assentamentos precários e/ou informais, garantindo a melhoria da qualidade de vida da população moradora.

A Meta 37 foi executada em 102 % - Meta está Superada

META 37 - Beneficiar 200 mil famílias no Programa de Regularização Fundiária

Relato da Meta 37

Foram 202.818 famílias beneficiadas por ações de regularização fundiária concluídas.

São 15.141 famílias atendidas por ações de regularização fundiária em andamento.

O Programa engloba o diagnóstico fundiário, levantamentos topográficos, projetos de regularização fundiária, cadastramento e coleta de documentação. Para garantir a entrega de 200.000 Unidades Habitacionais no prazo do Programa de Metas, é necessário a elaboração e execução de projetos para além da meta estabelecida, de

forma a se antecipar a eventuais imprevistos. Por esse motivo, a regionalização que aqui se apresenta é superior ao quantitativo da meta.

Até dezembro de 2016, a meta será cumprida - 200 mil famílias serão beneficiadas por processos de regularização fundiária concluídos.

Definição de termos técnicos para a meta

Regularização Fundiária: Reconhecimento formal dos assentamentos precários e/ou informais, garantindo a segurança na posse da população moradora.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de Garantir acesso a moradia adequada.

Criação da SEL, de PARHIS e SAEHIS. (SEL)

Criação de SEL, da coordenadoria de Parcelamento do Solo e licenciamento de HIS (PARHIS) e da Subcomissão de análise integrada de empreendimentos (SAEHIS), visando facilitar e acelerar a aprovação dos empreendimentos de interesse social. Revisão do Código de Obras e edificações, simplificação de procedimentos, adequação da legislação municipal às condições estabelecidas pelo Programa MCMV.

Apoio técnico e financeiro da SEHAB para elaboração e aprovação de projetos. (SEHAB)

Uma equipe da SEHAB e COHAB apoia o processo de licenciamento em SEL. Decreto dispõe sobre as formas de fomento às associações e cooperativas habitacionais de interesse social por intermédio da concessão de subsídio necessário à contratação de equipe técnica e/ou de estudos, projetos e serviços técnicos

Atuação na resolução de reintegrações de posse que envolviam mais de 9 mil famílias em diversas áreas da cidade, cerca de 150 mil metros quadrados que envolviam conflitos (SEHAB)

Atuação na mediação de reintegrações em diversas áreas da cidade, buscando soluções pactuadas entre proprietários e famílias ocupantes, abrangendo mais de 9 mil famílias.

Criação do programa Casa Paulistana (SEHAB)

O novo PDE cria a categoria HIS 1 para famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos e HIS 2 para famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos; em ZEIS 2, 60% do que é produzido deve ser reservado à HIS 1 e 40% para HIS 2. Criação do programa MCMV paulistana possibilitando o aporte de até R\$20 mil por unidade. A mesa de licenciamento garante agilidade no processo de aprovação e o termo de compromisso com a SEHAB garante a priorização do atendimento à demanda da COHAB.

Aquisição de terras para provisão de Habitação de Interesse Social – HIS (SEHAB)

De acordo com as diretrizes do PDE, foram investidos R\$600 milhões em desapropriação para produção de HIS 1, inclusive para viabilização via editais de Chamamento MCMV/FDS que disponibiliza as terras para entidades produzirem por autogestão. Foi publicado decreto que prevê apoio técnico e financeiro da SEHAB às entidades para elaboração e aprovação de projetos.